



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Licenciatura em Serviço Social

INFLUÊNCIA DA POBREZA FAMILIAR NA REINCIDÊNCIA DA RAPARIGA NO
CENTRO DE ACOLHIMENTO: *ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE APOIO À*
RAPARIGA NECESSITADA (2021 - 2024)

Ângelo Muchanga

Supervisor: PhD, Hinervo Marqueza

Maputo, Novembro de 2025



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Licenciatura em Serviço Social

INFLUÊNCIA DA POBREZA FAMILIAR NA REINCIDÊNCIA DA RAPARIGA NO
CENTRO DE ACOLHIMENTO: *ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE APOIO À
RAPARIGA NECESSITADA (2021 - 2024)*

Monografia apresentada em

Autor: Ângelo Muchanga

Supervisor: Prof. Doutor Hinervo Marqueza

Maputo, Novembro de 2025

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
Licenciatura em Serviço Social

INFLUÊNCIA DA POBREZA FAMILIAR NA REINCIDÊNCIA DA RAPARIGA NO
CENTRO DE ACOLHIMENTO: *ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE APOIO À
RAPARIGA NECESSITADA (2021 -2024)*

Mesa de Júri

Presidente

Oponente

Supervisor

(Prof. Doutor Hinervo Marqueza)

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Ângelo Muchanga, declaro por minha honra que, esta monografia ou trabalho de fim de curso nunca foi apresentado, na sua essência, e muito menos parcialmente para a obtenção de qualquer grau académico e constitui o resultado da minha investigação pessoal, sob orientação do meu supervisor, estando no texto e nas referências bibliográficas, as fontes utilizadas.

Maputo, Novembro de 2025

O Autor

(Ângelo Muchanga)

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho à minha querida mãe, Ana Paula Salomão Muchanga (em memória), sem sombras de dúvidas foi a minha inspiração para que me tornasse num Assistente Social”.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão especial vai ao meu orientador, o Prof. Doutor. Hinervo Marqueza, que foi mais do que um supervisor foi uma verdadeira luz no caminho. Sua paciência, dedicação e orientação foram esses essenciais para a conclusão deste trabalho. Sem ele, este projecto não teria- se concretizado. Khanimambo meu Mestre por todo suporte nesta longa jornada académica.

Agradeço a Deus por ter sido minha força, minha luz e por ter me capacitado durante a longa jornada no curso de Licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane. Ao Altíssimo dedico cada conquista desta trajectória.

Agradeço também a duas pessoas que transcenderam o vínculo de amizade e se tornaram verdadeiros irmãos: Fernando Zumba e Anita Muchanga. Fernando, meu parceiro desde o primeiro ano, esteve comigo nos momentos mais difíceis, compartilhou comigo as vitórias, batalhas e desafios. Anita Muchanga, minha irmã presente e inspiradora, esteve ao meu lado em todos os momentos. Juntos, com o apoio de Jéssica e Merónia, formarmos um grupo sólido e forte que fez toda a diferença nessa caminhada académica.

Aos professores do curso de Licenciatura em Serviço Social, cuja contribuição foi essencial para a minha formação: MSc. Ivo Cumbana, PhD Baltazar Muianga, PhD Carlos Cuinhane, PhD, Chico Faria, MSc, Emídio de Brito Moiana, MSc, Maria Joana, MSc, Catarina Cumbe, MSc, Deborah de Oliveira, dra. Alexandra Violante, MSc. Sara Pinto, Dr, Ezequiel Abrahamo, Msc, Cândido Chume, dr, Guilamba e tantos outros que foram fundamentais nessa jornada.

Aos meus irmãos, tios, primos, agradeço pelo apoio e carinho incondicionais. Às minhas tias Carolina e Eleutéria, que me ajudaram financeiramente nos momentos em que mais precisei, e às tias Balbina, Joana, e Percina, que também estiveram presentes em diversas situações. Um agradecimento especial à minha tia Linda, que foi como uma avó para mim, e à minha avó Elisa Cossa, e a minha tia Laurinha, pelo suporte constante.

Aos amigos que fizeram parte da minha trajectória na faculdade: Júlio, Razaque, Ricardo, Samaria, Venância, Beatriz, Magda, minha gratidão por toda a parceria e companheirismo ao longo dos anos. Aos amigos Dionísio Domingos, Delfina, Finina,

Kenny, Assucênia, Márcia Amadeus, Edna e Keith, agradeço pela amizade e apoio em momentos decisivos.

A cada um de vocês, meu sincero obrigado.

Resumo

O presente estudo tem como objectivo geral Analisar a Influência da pobreza familiar na reincidência das raparigas no Centro de Apoio à Rapariga Necessitada da Liberdade (2021-2024). Para a recolha de dados, foram utilizados o questionário e o guião de observação, a junção permitiu a triangulação das informações obtidas. O estudo fundamentou-se na teoria das capacidades de Amartya Sen, que relacionou a pobreza como a limitação de escolhas e oportunidades, o que contribui para o regresso das raparigas ao centro após a reintegração familiar. O estudo também discutiu a questão social da pobreza, destacou os desafios enfrentados pelas famílias em contexto de vulnerabilidade. As hipóteses formuladas foram testadas e confirmadas, reforçaram a compreensão de que a pobreza constitui factor central para a reincidência. O Papel do Assistente Social revelou-se fundamental na mediação entre o centro, as famílias e as comunidades, em alinhamento com plano nacional de Acção Social, que orienta a protecção em Moçambique

Palavras-chave: Reincidência, Pobreza familiar, centro de acolhimento, Raparigas.

Abstract

The main objective of this study is to Analyse the influence of family poverty on the recurrence of girls at the support center for Girls in Need in Liberdade (2021-2024). Data collection was conducted through questionnaires and observation guides, enabling a triangulation of the information obtained. The analysis was based on Amartya Sen's capability theory, which links poverty to limited choices and opportunities, contributing to the return of Girls to the center after family reintegration. The study also addresses the social the social issue of poverty, emphasizing the challenges faced by families in vulnerable contexts. The hypotheses were tested and confirmed, reinforcing the understanding that poverty is a central factor in recurrence. The role of the social worker proved to be fundamental in mediating between the center, families, and the community, in alignment with the National Social action plan, which guides social protection and promotion in Mozambique.

Keywords: family Poverty, recurrence, care center, girls.

Lista dos acrónimos

CARAN: Centro de Apoio à Rapariga Necessitada.

CCM: Conselho Cristão de Moçambique.

FLCS: Faculdade de Letras e Ciências Sociais (pertencente à UEM).

INAS: Instituto Nacional de Acção Social.

MF: Ministério das Finanças.

MGGAS: Ministério do Género, Criança e Acção Social.

ONGs: Organizações Não-governamentais.

PIB; Produto interno bruto.

PARPA; Plano de Acção para a redução da Pobreza Absoluta

UEM: Universidade Eduardo Mondlane.

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Epígrafe

“A verdadeira liberdade é impossível sem o alívio da pobreza.”

In – Amartya Sen

Conteúdo

DECLARAÇÃO DE HONRA	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
Resumo	vi
Abstract.....	vii
Lista dos acrónimos	viii
Epígrafe	ix
Introdução	1
Problema.....	2
Pergunta de partida	5
Hipóteses	5
Justificativa.....	6
Objectivos.....	6
Objectivos Geral	6
Objectivos Específicos	7
Estrutura do trabalho	7
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	7
1.1 Enquadramento Teórico	8
1.2 Enquadramento conceptual.....	10
1.2.1 Pobreza Familiar.....	10
1.2.2 Reincidência	11
1.2.3 Centro de Acolhimento	12
1.2.4 Rapariga.....	13
CAPÍTULO II: APRESENTAÇÃO DE PLANO DE INTERVENÇÃO	15
2.1 Promoção de Acções Socioeducativas.....	15
2.2 Promoção de Visitas Domiciliárias aos Agregados Familiares das Raparigas ...	16

2.3	Promoção do Apoio Psicossocial.....	16
CAPÍTULO III: METODOLOGIA.....		19
3.1	Quanto à Abordagem.....	19
3.2	Método de Pesquisa.....	19
3.3	Natureza da Pesquisa.....	20
3.4	População e Amostra.....	20
3.5	Instrumentos de Recolha de Dados.....	22
3.6	Análise e Tratamento de Dados.....	22
3.7	Validade e Fiabilidade dos Resultados.....	22
3.8	Aspectos Éticos.....	23
3.9	Limitações da pesquisa.....	23
4.	CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	24
4.1	Historial do Centro de Apoio à Rapariga Necessitada (CARAN).....	24
	Tabela 1: Distribuição das Raparigas por Idade.....	25
	Tabela 2: Nível de Escolaridade das Raparigas.....	25
	Tabela 3: Composição Familiar.....	25
	Tabela 4: Ocupação dos Responsáveis.....	25
4.2	Perfil sociodemográfico.....	26
CAPÍTULO V: ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA, DISCUSSÃO E ACTUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA QUESTÃO SOCIAL.....		28
5.1	Perfil dos Respondentes.....	28
5.2	Categorias Temáticas.....	28
5.2.1	Pobreza e Reincidência.....	28
5.2.2	Conflitos Familiares e Reinserção.....	29
5.2.3	Percepções dos Funcionários do Centro de Apoio à Rapariga Necessitada	30
5.2.4	Lacunas no Acompanhamento Institucional e Familiar.....	31
5.3	A POBREZA FAMILIAR E A REINCIDÊNCIA DAS RAPARIGAS NO CARAN: O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	35

5.4 O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL	36
Conclusão	38
Sugestões	40
Referências Bibliográficas.....	41
Apêndices	45

Introdução

A reintegração social e familiar de indivíduos em situação de vulnerabilidade, especialmente de crianças e adolescentes, é um desafio central das políticas públicas e do Serviço Social, tanto em Moçambique quanto globalmente. Segundo Maloa (2018), a vulnerabilidade social em Moçambique é amplificada por desigualdades económicas históricas, fragilidades institucionais e um sistema de protecção social insuficiente. Francisco (2009), corrobora essa visão ao argumentar que a persistência de desigualdades no país é um reflexo directo das limitações das políticas públicas, particularmente no contexto da infância e da juventude. Neste cenário, o Serviço Social desempenha um papel estratégico na articulação entre os direitos humanos e a implementação de políticas de protecção e reintegração, contribui para a superação das barreiras impostas por essas condições adversas.

No campo do Serviço Social, autores como Siqueira (2009), Nuncio (2015) e Faleiros (2010) destacam a importância da análise crítica e da intervenção transformadora. Siqueira (2009) argumenta que a actuação do assistente social deve estar ancorada em uma perspectiva ética e política, que valorize a autonomia dos sujeitos e combata as expressões das desigualdades sociais. Nuncio (2015), por sua vez, enfatiza que a capacitação das famílias e comunidades em situação de risco é um elemento essencial para a construção de um tecido social mais justo e equitativo, enquanto Faleiros (2010) reforça a necessidade de um olhar integrado, que articule teoria e prática em prol de uma intervenção que efectivamente transforme as estruturas de exclusão e marginalização.

A realidade moçambicana evidencia que muitos programas de reintegração social, embora bem-intencionados, carecem de uma abordagem sistémica que considere as especificidades culturais, sociais e económicas do contexto local (Maloa, 2018). Francisco (2009) alerta que, sem a mobilização de recursos adequados e o fortalecimento das redes comunitárias, as iniciativas de protecção tendem a ser paliativas, não atacando as raízes das vulnerabilidades. Nesse contexto, a pesquisa aqui desenvolvida busca não apenas Analisar os factores que limitam o sucesso da reintegração familiar de meninas acolhidas em centros de apoio, mas também propor

acções estratégicas para reduzir as reincidências e promover uma convivência familiar sustentável.

O Serviço Social, enquanto profissão historicamente comprometida com os direitos humanos e a justiça social, é central nesse processo. Como apontado por Núncio (2015), a prática profissional deve ultrapassar o assistencialismo, engajar-se em acções que enfrentem as causas estruturais das desigualdades. Faleiros (2010) complementa ao destacar a importância do planeamento estratégico e da actuação interdisciplinar na construção de políticas públicas eficazes. Ademais, a pesquisa de Siqueira (2009) ressalta a necessidade de um diálogo constante entre os diferentes actores envolvidos no processo de reintegração, incluindo as famílias, os profissionais e as instituições públicas.

Deste modo, a introdução deste trabalho busca situar o problema da reincidência no retorno aos centros de acolhimento no âmbito das discussões sobre políticas públicas, protecção social e o papel do Serviço Social em Moçambique. Ao longo dos capítulos, serão explorados aspectos conceituais e metodológicos, bem como um plano de intervenção que objectiva contribuir para a superação dos desafios identificados, alinhando-se às reflexões propostas por autores como Maloa (2018), Francisco (2009), Núncio (2015), Faleiros (2010) e Siqueira (2009). Assim, este estudo visa não apenas analisar as dinâmicas envolvidas na reintegração familiar, mas também propor estratégias que promovam a transformação social e a garantia de direitos, alinhadas aos princípios éticos e políticos que fundamentam o Serviço Social contemporâneo.

Problema

O problema central deste estudo é a alta taxa de reincidência de raparigas que, após serem reintegradas às suas famílias, retornam ao Centro de Apoio à Rapariga Necessitada. O centro, com capacidade para acolher 17 raparigas, enfrenta um aumento anual significativo no número de reincidentes com o total de 24 raparigas. Esse excedente não só sobrecarrega os recursos e a capacidade de atendimento, como também priva outras raparigas em situação de risco de serem integradas no Centro. O fenómeno da reincidência reflecte falhas graves no processo de reintegração familiar, sendo influenciado principalmente pela pobreza familiar. (Caran,2024)

A pobreza familiar afecta directamente a capacidade das famílias de proverem um ambiente adequado e estável para o desenvolvimento das raparigas. De acordo com a UNICEF (2016), 46,3% das crianças em Moçambique vivem em pobreza multidimensional, enfrentando múltiplas privações como falta de acesso à alimentação, educação e saúde, especialmente em áreas rurais. Este cenário é agravado em adolescentes, faixa etária à qual muitas das raparigas atendidas no centro pertencem, com 52% dessas raparigas que vivem em condições de extrema vulnerabilidade económica, o que compromete seu desenvolvimento e bem-estar.

Adicionalmente, Segundo a UNICEF (2016), 49% das crianças em Moçambique são consideradas pobres do ponto de vista monetário, com as províncias de Maputo, Gaza, Nampula, Niassa e Zambézia apresentam índices de pobreza superiores a 58%. Essas condições socioeconómicas precárias não apenas privam as famílias de recursos essenciais, mas também limitam sua capacidade de fornecer um ambiente que favoreça a estabilidade emocional e social necessária para uma reintegração bem-sucedida. Assim, as raparigas retornam ao centro por falta de suporte familiar adequado, o que perpetua um ciclo de vulnerabilidade económica e dependência institucional.

De acordo com Bronfenbrenner (2011, P.3), “a família é o primeiro e mais importante contexto de desenvolvimento humano. Ela fornece a estrutura básica de suporte e protecção que permite à criança explorar o ambiente, adquirir habilidades e conhecimentos, e formar laços afectivos. A família funciona como um sistema interconectado, onde cada membro influencia e é influenciado pelos outros, criando uma rede de interacções que molda o crescimento e o desenvolvimento da criança. As relações dentro da família são complexas e dinâmicas, reflectir a natureza interdependente das experiências e do comportamento humano”.

Diversos estudos destacam a importância dos factores socioeconómicos na reintegração familiar e a reincidência das crianças. Segundo Siqueira e Dell’Aglío (2011), a reintegração familiar não deve ser vista como um evento isolado, mas sim como um processo contínuo que requer um acompanhamento constante e um planeamento cuidadoso. Eles argumentam que a ausência de suporte adequado e a falta de um plano detalhado para a reintegração pode levar à reincidência, uma vez que as dificuldades não são totalmente abordadas durante a transição. Esta perspectiva é fundamental para entender por que algumas raparigas retornam ao centro após a reintegração.

(Rosa et al., 2012), corroboram a necessidade de um acompanhamento sistemático e de estratégias contínuas para a reintegração. Eles destacam que a simples reunificação não

é suficiente para garantir uma reintegração bem-sucedida. É essencial que haja um planejamento detalhado e um suporte contínuo para enfrentar as necessidades emocionais, sociais e financeiras das famílias. Essa abordagem ajuda a prevenir a reincidência, garantir que o ambiente familiar ofereça condições adequadas para o desenvolvimento e o bem-estar das meninas.

A proposta de Moreira e Paiva (2015), sobre a criação de Serviços de Família Acolhedora oferece uma solução prática para a reincidência. Esses serviços proporcionam um ambiente seguro e temporário para as crianças, actuando como uma ponte para a reunificação com as famílias de origem. A capacitação dos profissionais envolvidos nesses serviços é crucial para garantir que estejam preparados para lidar com as complexidades do processo de reintegração, oferecem um apoio eficaz tanto para as crianças quanto para as famílias.

Ademais, Oliveira (2007), destaca a importância de uma abordagem contínua e planeada para a reintegração, ressaltando a necessidade de avaliação constante das mudanças na família e do apoio necessário para resolver problemas que levaram ao afastamento. A pesquisa de Oliveira é relevante para entender como a ausência de um suporte contínuo e uma avaliação inadequada podem contribuir para a reincidência das meninas, ao não abordar de maneira eficaz as causas que levaram à necessidade de reintegração.

Além disso, Ngwenya e Adebo (2017) identificam desafios específicos em contextos locais, como Moçambique, que complicam a reintegração familiar. A falta de infraestrutura básica e normas de género profundamente enraizadas dificultam a criação de um ambiente adequado para a reunificação familiar. Esses desafios adicionais exigem uma abordagem multifacetada que considere as especificidades culturais e contextuais do país. A compreensão dessas barreiras é essencial para desenvolver estratégias eficazes de reintegração que possam superar os obstáculos locais e prevenir a reincidência.

A partir das bases lançadas pela Lei nº 4/2007, o Governo adoptou o Regulamento da Segurança Social Básica (Decreto nº 85/2009, de 29 de Dezembro) o qual estabelece os princípios e normas apropriadas ao Subsistema de Segurança Social Básica.

Segundo Quive (2007), a protecção social é um conjunto de medidas que visa atenuar, as condições económicas do País, as situações de pobreza absoluta da população, garantir a subsistência dos trabalhadores nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, bem como dos familiares sobreviventes em casos de mortes dos referidos trabalhadores e conferir condições suplementares de sobrevivência, o autor aponta como marco a criação e aprovação da lei da protecção social (Lei nº 4/2007, de 7 de Fevereiro sobre a Protecção social).

Neste contexto, o Plano de Acção Social do Governo de Moçambique (2019-2024) reconhece a pobreza como um dos principais factores que perpetuam a vulnerabilidade económica e social das crianças e propõe acções integradas para fortalecer a capacidade das famílias. Além disso, o Plano Quinquenal do Governo (2020-2024) destaca-se como prioridade a protecção da criança e o reforço dos mecanismos de apoio às famílias em situação de risco, visa garantir o bem-estar na área da protecção social à criança.

Embora o Plano de Acção Social do Governo de Moçambique, o Plano Quinquenal e a própria Lei nº4/2007, estabeleçam orientações claras para a protecção social, a realidade demonstra um desfasamento entre o conteúdo normativo e a sua implementação. Estes instrumentos definem princípios, metas e responsabilidades institucionais, porém, a sua aplicação prática revela-se limitada, e fragmentada. Na prática, permanecem lacunas estruturais.

Pergunta de partida

Até que ponto a pobreza familiar influi na reincidência da Rapariga acolhida no centro de apoio à Rapariga Necessitada entre os anos 2021 - 2024?

Hipóteses

H1: De que modo os níveis de pobreza familiar condicionam o processo de reintegração e influenciam a reincidência das raparigas acolhidas no Centro de apoio à Rapariga Necessitada nos anos 2021-2024.

H2: A reincidência da rapariga no centro de Apoio à Rapariga Necessitada está relacionada à falta de apoio psicossocial e acompanhamento contínuo após a reintegração familiar.

Justificativa

A motivação do pesquisador para realizar esta pesquisa surgiu durante o estágio no Centro de Apoio à Rapariga Necessitada, onde observou de perto o fenómeno da reincidência. Muitas raparigas, após serem reintegradas às suas famílias, especialmente com os pais e avós, acabavam retornando ao centro por dificuldades enfrentadas no ambiente familiar. Essa situação despertou o interesse em entender melhor os factores que contribuem para a reincidência, especialmente no que diz respeito à influência da pobreza, o que levou o pesquisador aprofundar este estudo.

Sob o ponto de vista social, o presente estudo é relevante por sua potencial contribuição para o fortalecimento dos serviços de protecção social à criança. Ao analisar os factores que dificultam a reintegração familiar bem-sucedida, a pesquisa ajuda a promover o bem-estar e a segurança das raparigas em situação de risco, propondo directrizes para intervenções mais assertivas. Um processo de reintegração adequado deve envolver uma avaliação contínua da realidade social em que a rapariga será inserida e um acompanhamento de longo prazo para garantir sua estabilidade e desenvolvimento saudável.

Do ponto de vista científico, este trabalho oferece uma compreensão significativa ao evidenciar a necessidade de diagnóstico social e intervenções profissionais do Serviço Social. Ao analisar o papel da pobreza familiar na reincidência das raparigas, a pesquisa busca aprofundar a compreensão das dinâmicas que dificultam a reintegração e, ao mesmo tempo, aponta caminhos para fortalecer as práticas de monitoria e avaliação do processo. Dessa forma, os resultados esperados poderão não apenas ampliar o conhecimento científico sobre a temática, mas também fornecer subsídios para que os serviços de protecção social se tornem mais eficientes e assertivos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Objectivos

Objectivo Geral

- Analisar a influência da Pobreza familiar na reincidência das raparigas acolhidas no Centro de Apoio à Rapariga Necessitada, no período em alusão.

Objectivos Específicos

- Apresentar os factores de pobreza familiar que contribuem para a reincidência das raparigas no Centro de Apoio à Rapariga Necessitada.
- Relacionar as condições de vulnerabilidade económica das famílias e a actuação do Assistente Social nos Centros de Acolhimentos em situação de reincidência
- Sugerir estratégias de Intervenção social às famílias para reduzir o Impacto da Pobreza familiar na reincidência das raparigas acolhidas.

Estrutura do trabalho

A estrutura do presente trabalho organiza-se da seguinte forma: temos a introdução, tema, o problema, a pergunta de partida, as hipóteses, a justificativa, o objectivo Geral e específicos; o **Capítulo I** enquadramento teórico-conceitual desenvolve a fundamentação teórica, com a teoria das capacidades de Amartya Sen como quadro de base e a teoria das redes de apoio social como perspectiva auxiliar, além da definição dos conceitos centrais utilizados; o **Capítulo II** descreve o plano de Intervenção e acções realizadas no centro, o **capítulo III** referente à metodologia adoptada, explicita a abordagem qualitativa, o tipo de estudo, a população e amostra, os critérios de selecção, os instrumentos de recolha (questionário e observação directa suportada por diário de campo) e os procedimentos de análise (análise de conteúdo), bem como aspectos éticos e limitações; o **Capítulo IV** apresenta e interpreta os dados recolhidos, começa pela caracterização histórica do Centro de Apoio à Rapariga Necessitada e seguindo com a análise do perfil sociodemográfico das participantes — nível de escolaridade, distribuição por idades, composição familiar e ocupação dos responsáveis; o **Capítulo V** discute os resultados à luz do enquadramento teórico e explora a actuação do assistente social perante a questão da reincidência; por fim, as conclusões e as sugestões orientadas para a transformação social, as referências bibliográficas e os apêndices com os instrumentos e documentos de suporte.

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

O presente capítulo apresenta o enquadramento teórico – conceptual que sustenta análise da reincidência das raparigas no Centro. Para tal, recorreu-se à teoria das

capacidades de Amartya Sen como teoria de base, complementada pela teoria das redes de apoio social enquanto perspectiva auxiliar.

1.1 Enquadramento Teórico

Amartya Sen, em sua obra de 1999, *Desenvolvimento como Liberdade*, propõe a teoria das capacidades, que redefine a visão do desenvolvimento para além das métricas económicas convencionais, como o Produto Interno Bruto (PIB) ou o rendimento per capita. Segundo Sen (1999), o verdadeiro objectivo do desenvolvimento é a expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, ou seja, a capacidade das pessoas de serem e fazerem aquilo que têm razões para valorizar. Essa abordagem desloca o foco do desenvolvimento económico estritamente quantitativo para uma perspectiva qualitativa, onde o bem-estar das pessoas está no centro. O conceito central de sua teoria é que a pobreza não deve ser vista apenas como a falta de renda, mas como a privação de capacidades básicas, que limitam as liberdades dos indivíduos e, consequentemente, a sua qualidade de vida (Sen, 2010).

Pressupostos da Teoria das Capacidades

Um dos principais pressupostos da teoria de Sen é a ideia de “liberdade substantiva”, que se refere às reais oportunidades que uma pessoa tem para levar o tipo de vida que valoriza. Essas liberdades podem ser classificadas em dois tipos: liberdades instrumentais e liberdades constitutivas. As liberdades instrumentais referem-se a condições que facilitam o acesso a capacidades (como educação, saúde e participação política), enquanto as liberdades constitutivas referem-se à liberdade de fazer escolhas e desenvolver o potencial humano pleno. O conceito de capacidades é então ampliado para incluir todos os aspectos da vida social, incluindo as condições económicas, sociais e políticas (Sen, 2010).

Ao aplicar esses pressupostos ao tema de pesquisa sobre a reincidência de raparigas no Centro de Apoio à Rapariga Necessitada, a pobreza, é entendida aqui como privação de capacidades, afecta a habilidade das famílias de oferecerem um ambiente adequado para a reintegração das raparigas, resultando na sua reentrada nos centros de acolhimento. A teoria das capacidades sugere que, para resolver esse problema de reincidência, seria necessário garantir não apenas a assistência imediata às raparigas, mas também criar as

condições para que as famílias desenvolvam suas capacidades de prover cuidados adequados, deste modo reduzir a necessidade de institucionalização repetida (Sen,2010).

Aplicabilidade da Teoria das Capacidades ao Tema da Reincidência

No contexto da reincidência das raparigas no Centro de Apoio, a teoria de Sen é aplicável, pois permite compreender como a pobreza influi na capacidade dessas famílias de manter as raparigas em um ambiente de desenvolvimento saudável e seguro. A privação de capacidades, como a falta de acesso a serviços básicos, educação de qualidade, saúde e recursos económicos, cria barreiras que impedem as famílias de proverem uma estrutura de suporte adequada. Isso leva muitas raparigas a retornarem ao centro.

Além disso, Sen (2010) argumenta que a liberdade é tanto um meio quanto um fim do desenvolvimento. No caso das raparigas, a falta de oportunidades de educação e empoderamento limita sua capacidade de tomar decisões autónomas sobre suas vidas. Isso pode contribuir para a perpetuação de ciclos de pobreza e dependência. A teoria das capacidades sugere que, para reduzir a reincidência, seria necessário ampliar as liberdades dessas raparigas, oferecendo não apenas suporte material, mas também oportunidades para que elas se tornem agentes de suas próprias vidas. Isso inclui investimentos em educação e em capacitação profissional, bem como programas de apoio psicossocial para ajudá-las a desenvolver a auto-estima e a autonomia.

A teoria das capacidades de Amartya Sen tem como limitação, focar-se nas consequências das privações, sem oferecer uma análise das estruturas sociais, políticas e económicas que geram essas desigualdades, não articula uma perspectiva de transformação, uma vez que não explica as relações de poder e exploração.

TEORIA AUXILIAR

Teoria das Redes de Apoio Social

A teoria do apoio social destaca que os seres humanos nascem e vivem integrados em redes de relações sociais – como família, escola, comunidade e trabalho – que influenciam directamente o seu desenvolvimento e bem-estar na comunidade. (Juliano & Yunes, 2014).

Bronfenbrenner (1996) sublinha que o desenvolvimento humano é dinâmico e ecológico, depende não só das características individuais, mas também das interações constantes entre o sujeito e os diferentes ambientes em que está inserido.

Autores como Brito e Koller (1999) descrevem a rede de apoio social como um conjunto de pessoas e sistemas significativos que proporcionam vínculos afectivos e recursos para enfrentar adversidades. A qualidade desses laços é determinante: relações sólidas e duradouras contribuem para a coesão social, fortalecem a auto-estima e promovem a resiliência individual e comunitária. Por outro lado, a fragilidade ou ausência dessas redes pode aumentar a vulnerabilidade ao isolamento, depressão e exclusão social.

Juliano e Yunes (2014) enfatizam ainda que a resiliência comunitária é sustentada por pilares como solidariedade, auto-estima colectiva, identidade cultural, humor social e honestidade. Esses elementos tornam as redes de apoio mecanismos centrais para a superação de crises e para o fortalecimento de indivíduos e grupos, especialmente em contextos marcados por pobreza e desigualdade social.

No contexto da reincidência de raparigas em centros de acolhimento influenciada pela pobreza familiar, a teoria do apoio social, a sua principal limitação é que tende a descrever as áreas de intervenção e suporte, concentra-se nos efeitos, sem abordar a origem estrutural das desigualdades sociais, assim, embora seja útil para analisar os mecanismos de apoio, esta teoria não fornece ferramentas para analisar as condições de exploração e opressão.

1.2 Enquadramento conceptual

1.2.1 Pobreza Familiar

A pobreza pode ser abordada sob diferentes perspectivas teóricas, com enfoques que variam desde questões estruturais até a privação de capacidades.

Para Marx (2017), a pobreza está intrinsecamente ligada à exploração do trabalho no sistema capitalista. A pobreza resulta das relações de produção, onde a classe trabalhadora é explorada pela burguesia, levando à privação material e dificuldades de

sobrevivência para as famílias proletárias. Portanto, a pobreza familiar é vista como uma consequência directa da luta de classes e da alienação dos trabalhadores dos meios de produção.

Bourdieu (1986) argumenta que a pobreza familiar é fruto da ausência de capital nas suas diversas formas — económico, cultural e social. Ele defende que as famílias pobres carecem de acesso a recursos culturais e educacionais que promovam a mobilidade social. Dessa forma, a pobreza familiar perpetua-se de forma simbólica, reproduz desigualdades e exclusão social ao longo das gerações.

Sen (2010) define a pobreza como uma privação de capacidades, enfatiza que as famílias em situação de vulnerabilidade económica e social não conseguem exercer suas funções básicas na sociedade, como ter acesso a educação, saúde e um trabalho digno. Para ele, a pobreza familiar vai além da falta de renda, abrange a incapacidade dos agregados familiares de satisfazer as necessidades básicas que possibilitem o desenvolvimento pleno.

Neste trabalho, será adoptado o conceito de Sen, uma vez que ele permite uma análise mais abrangente das condições socioeconómicas que afectam as famílias, indo além da renda e considerando a capacidade das famílias de usufruírem plenamente dos direitos sociais.

1.2.2 Reincidência

A reincidência refere-se ao retorno de indivíduos a condições de vulnerabilidade após uma intervenção social, sendo um indicador de falhas no processo de integração familiar e social.

Siqueira (2009) define a reincidência como o retorno de uma pessoa à situação de risco após uma tentativa de intervenção, como a reintegração familiar. A reincidência sinaliza que as políticas públicas e os programas sociais falharam em garantir a sustentabilidade dessa reintegração, muitas vezes devido à falta de acompanhamento adequado e de suporte contínuo.

Oliveira (2007) complementa que a reincidência ocorre quando a reintegração não proporciona uma solução de longo prazo para as vulnerabilidades. Segundo ele, a

reincidência está directamente relacionada à falta de redes de suporte e à perpetuação da pobreza e exclusão social. A reincidência, assim, reflecte tanto as fragilidades estruturais quanto as falhas nos mecanismos de acompanhamento pós-reintegração.

Para esta pesquisa, será adoptado o conceito de Oliveira, pois ele fornece uma compreensão mais completa das condições estruturais e sociais que levam ao retorno das raparigas ao centro de acolhimento.

1.2.3 Centro de Acolhimento

Os centros de acolhimento são instituições temporárias que buscam abrigar e proteger pessoas em situação de vulnerabilidade, porém, sua eficácia está condicionada a estratégias que promovam uma reintegração sustentável.

De acordo com Siqueira (2009), os centros de acolhimento são espaços de abrigo temporário para pessoas em situação de risco, mas ele critica a ausência de políticas que garantam a sustentabilidade das intervenções. Segundo os autores, a falta de acompanhamento pós-acolhimento contribui para a reincidência, mostrando que os centros de acolhimento devem actuar em parceria com outros serviços sociais para que a reintegração seja eficaz.

Oliveira (2007) argumenta que os centros de acolhimento devem adoptar uma abordagem que vá além do acolhimento emergencial, promovendo políticas de reintegração de longo prazo que garantam a superação das vulnerabilidades. Sem uma rede de apoio forte, muitas famílias não conseguem sustentar a reintegração, levando à reincidência das meninas no centro de acolhimento.

Neste trabalho, será adoptado o conceito de Oliveira, que enfatiza a necessidade de uma rede de suporte contínua para garantir que o processo de acolhimento seja eficaz, evitando que as raparigas retornem à instituição devido à falta de condições de sobrevivência e estabilidade nas suas famílias.

1.2.4 Rapariga

O conceito de “rapariga” deve ser compreendido dentro de um quadro de vulnerabilidade social, especialmente no que se refere à infância e adolescência, período em que muitas jovens enfrentam riscos associados à exclusão social, pobreza e desigualdade de género. Para essa análise, recorreremos aos estudos de dois autores que aprofundam a discussão sobre o impacto das condições socioeconómicas nas raparigas.

De acordo com Bonetti (2013), o termo “rapariga” refere-se a meninas e adolescentes do sexo feminino que, em muitos contextos, são mais vulneráveis às desigualdades sociais e económicas. As meninas enfrentam desafios acrescidos devido a questões de género, que limitam seu acesso à educação, à saúde e à protecção social, exacerbar sua marginalização e dificultar a sua reintegração familiar em situações de risco.

Bonetti (2013) destaca que políticas públicas voltadas para a protecção da criança e adolescente devem considerar essas especificidades de género, garantir um apoio adequado para facilitar o retorno das meninas às suas famílias e comunidades, minimizar os impactos da exclusão social.

Complementando essa visão, Gonçalves (2015) discute como os factores culturais e económicos também desempenham um papel central na definição das condições de vida das “raparigas”. Em muitos países, especialmente em contextos de pobreza, as meninas são frequentemente encarregadas de responsabilidades familiares precoces e enfrentam barreiras significativas ao desenvolvimento pessoal e à reintegração.

Gonçalves (2015) afirma que é necessário um apoio especializado que considere não apenas a situação económica, mas também as expectativas culturais associadas ao papel da rapariga na família e na sociedade. Esse apoio deve incluir programas de capacitação e empoderamento que visem a inclusão social e o fortalecimento da família como unidade central de apoio à criança.

Portanto, o conceito de “rapariga”, neste estudo, não se limita a uma questão etária ou de género, mas abrange um conjunto de circunstâncias socioeconómicas e culturais que influenciam sua trajectória de vida e seu processo de reintegração familiar. A compreensão desses factores é essencial para a elaboração de políticas e programas de reintegração que sejam eficazes e justos.

CAPÍTULO II: APRESENTAÇÃO DE PLANO DE INTERVENÇÃO

Este capítulo descreve o plano de intervenção delineado no âmbito do estudo, centrado em três eixos fundamentais: as acções socioeducativas, as visitas domiciliárias e o apoio psicossocial.

A elaboração de um plano de intervenção é essencial para analisar os desafios enfrentados pelas raparigas após sua saída do Centro de Apoio à Rapariga Necessitada, promover a sua reintegração familiar. Este capítulo apresenta três acções principais como estratégias de intervenção: acções socioeducativas, visitas domiciliárias e apoio psicossocial.

De acordo com Mioto (2004), a elaboração de estratégias no Serviço Social deve considerar o contexto socioeconómico e cultural, articular as metodologias participativas para garantir que a intervenção atenda às reais necessidades do público-alvo. Assim, o plano busca oferecer suporte educacional, emocional e prático para auxiliar as raparigas e suas famílias a superar barreiras estruturais e psicológicas que dificultam sua reintegração plena.

2.1 Promoção de Acções Socioeducativas

As acções socioeducativas desempenham um papel fundamental no fortalecimento da autonomia e do empoderamento das raparigas. Como destacam Lima e Cardoso (2009), actividades socioeducativas são indispensáveis para promover reflexões críticas, desenvolver habilidades práticas e preparar os indivíduos para lidar com desafios futuros.

Neste plano, as acções socioeducativas têm como objectivo conscientizar as raparigas sobre a importância de desenvolver resiliência emocional e habilidades práticas, como planeamento pessoal e resolução de conflitos. Através de oficinas, palestras e grupos de debate, serão promovidas discussões sobre temas como direitos das mulheres, auto-estima e cidadania. Essa abordagem cria espaços de troca onde as participantes podem partilhar experiências e fortalecer sua capacidade de tomar decisões informadas e positivas para o futuro.

2.2 Promoção de Visitas Domiciliárias aos Agregados Familiares das Raparigas

As visitas domiciliárias são instrumentos essenciais para analisar a realidade social e económica das famílias, garantir que as acções sejam adequadas às suas necessidades específicas. Fávero e Henriques (2007) argumentam que as visitas possibilitam a análise directa das condições de vida e das relações familiares, proporcionam subsídios para intervenções contextualizadas e eficazes.

No âmbito deste plano, as visitas domiciliárias têm o propósito de acompanhar a adaptação das raparigas em seus lares, identificar possíveis conflitos e oferecer orientações práticas para a mediação de problemas familiares. Essa metodologia busca fortalecer os laços familiares, promover um ambiente acolhedor e avaliar a necessidade de serviços complementares, como assistência financeira ou psicológica.

Além disso, as visitas são momentos para capacitar os familiares, ajudando-os a entender o papel que desempenham na reintegração social das raparigas, ao mesmo tempo que permitem identificar factores que possam contribuir para a reincidência no centro de acolhimento.

2.3 Promoção do Apoio Psicossocial

O apoio psicossocial é uma estratégia indispensável para abordar as dimensões emocionais e sociais que afectam directamente as raparigas e suas famílias. Segundo Szymanski (2002), o apoio psicossocial deve ser multidimensional, envolvendo aspectos emocionais, sociais e comunitários para fortalecer o bem-estar geral dos beneficiários.

O foco principal é capacitar as raparigas para lidar com traumas e desafios psicológicos, garantir que estejam preparadas para reintegrar-se à sociedade de forma plena e sustentável. Essa abordagem é complementada pelas acções socioeducativas e visitas domiciliárias, formar um plano integrado e holístico para promover o bem-estar das beneficiárias e reduzir a reincidência.

Meirelles (2017), discute a centralidade da questão social no Serviço Social, resgata a sua génese na exploração da relação capital-trabalho e analisa as suas expressões na contemporaneidade. A autora enfatiza que a questão social constitui a matéria-prima do

Serviço Social, pois nela se revelam as desigualdades, a pobreza e as contradições que estruturam a vida em sociedade.

Segundo Meirelles (2017), a desigualdade social e a pauperização resultam directamente da concentração de riqueza e da acumulação capitalista, o que gera múltiplas expressões de exclusão. Assim, a pobreza familiar deve ser entendida como uma das formas mais visíveis desta questão social, manifestando-se de modo concreto em fenómenos como a reincidência de crianças e adolescentes em centros de acolhimento. Esta ligação permite perceber que a situação de retorno das raparigas ao Centro de Apoio à Rapariga Necessitada não é apenas um problema individual ou familiar, mas antes uma expressão da estrutura económica e social desigual.

A autora recorre a Marx (1984) para demonstrar que a acumulação de capital conduz, inevitavelmente, à acumulação de miséria em sectores vulneráveis da sociedade. Na prática, isto significa que quanto maior o crescimento económico concentrado em poucos, maior será o empobrecimento de famílias trabalhadoras. Esta realidade repercute directamente na vida das raparigas acolhidas em instituições, pois a instabilidade económica das famílias fragiliza os processos de reintegração, criando um ciclo de regressos sucessivos ao acolhimento.

Neste contexto, a actuação do assistente social deve articular dimensão teórica, técnica e ético-política. No caso concreto da reincidência de raparigas no centro de acolhimento, cabe ao profissional avaliar não apenas as condições imediatas da família, mas também os factores macroestruturais que impedem a reintegração duradoura.

Além disso, como destaca Pastorini (2010), a questão social relaciona-se com problemas que podem desestabilizar a ordem estabelecida. Neste caso, a reincidência das raparigas denuncia a incapacidade do Estado em assegurar políticas sociais universais que garantam a dignidade das famílias. O assistente social deve, portanto, assumir uma postura crítica e política.

Castel (1998) fala da “desfiliação” resultante da precarização do trabalho e do desemprego, o que se aproxima da realidade das famílias que não conseguem sustentar de forma estável a reintegração familiar. Já Rosanvallon (1998, apud Santos, 2011)

aponta para a crise da solidariedade e dos direitos sociais, o que também se reflecte na fragilidade das políticas de apoio à família. No entanto, compreende-se que não se trata de uma nova questão social, mas sim da intensificação da mesma lógica de exploração capitalista.

Meirelles (2017) reitera que a pobreza familiar, enquanto expressão da questão social, está na raiz da reincidência das raparigas nos centros de acolhimentos. O papel do assistente social consiste em intervir criticamente, não apenas para mitigar os efeitos da pobreza nas famílias, mas também para actuar na defesa de políticas públicas universais que reduzam a reincidência. Assim, o trabalho profissional vai para além da gestão de casos individuais, assume a defesa de direitos e o compromisso com a transformação social

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

O presente capítulo expõe a metodologia adoptada, caracterizada por uma abordagem qualitativa. São descritos os instrumentos de recolha de dados, nomeadamente: o Questionário, a observação directa, o diário de campo. No que concerne a amostra o tipo é não probabilística por conveniência. A análise de dados seguiu a técnica de análise de conteúdo.

3.1 Quanto aos Procedimentos

A metodologia adoptada neste estudo foi delineada para analisar como a pobreza familiar influencia a reincidência das raparigas no Centro de Apoio à Rapariga Necessitada (CARAN). A Pesquisa seguiu os princípios éticos de anonimato, confidencialidade e consentimento informado. A técnica de análise de conteúdo permitiu-nos categorizar os dados e interpretar as informações,

3.2 Quanto à Abordagem

Este estudo possui uma abordagem qualitativa, que, segundo Lakatos e Marconi (2003), é adequada para interpretar fenómenos sociais em sua complexidade, explorar os significados atribuídos pelos participantes. A pesquisa qualitativa não se limita a princípios rígidos ou padrões universais; em vez disso, privilegia a subjectividade dos fenómenos e as particularidades dos sujeitos investigados. Assim, esta abordagem contribui para uma compreensão rica e detalhada dos desafios enfrentados pelas raparigas acolhidas no CARAN, bem como suas interacções no contexto familiar e institucional.

3.3 Método de Pesquisa

A pesquisa é caracterizada como estudo de caso, que de acordo com Lüdke e André (1999), o estudo de caso se assemelha mais a uma abordagem metodológica de pesquisa que a um tipo de procedimento. É composto de três fases: uma exploratória; outra de sistematização de colecta de dados e delimitação do estudo, e a última de análise e interpretação das descobertas. Trata-se, como os termos indicam, do estudo de caso singular visa descoberta de fenómenos em determinado contexto. Enfatiza a interpretação de fenómeno específico e busca retratar a realidade de maneira complexa e profunda.

3.4 Natureza da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa Descritiva porque visa ampliar a compreensão de um fenómeno social, caracterizar as condições familiares, económicas e relacionais do fenómeno em estudo, organiza dados de forma sistemática, amplia a compreensão da realidade social. (Lakatos e Marconi,2010).

A pesquisa de campo é uma abordagem distinta da pesquisa bibliográfica, caracterizada pela colecta de dados directamente na realidade onde o fenómeno ocorre. Enquanto a pesquisa bibliográfica, conforme afirmado por Gil (1999), fornece uma base teórica que auxilia no exercício reflexivo e crítico, a pesquisa de campo busca informações empíricas através da interacção directa com o objecto de estudo. O objectivo principal dessa abordagem é observar e registar informações práticas, permitir ao pesquisador entender o fenómeno em seu contexto natural.

Segundo Gil (1999) Na pesquisa de campo, a metodologia envolve o uso de entrevistas, questionários e observações, entre outros instrumentos, que possibilitam a colecta de dados a partir de fontes primárias, como indivíduos, grupos ou situações específicas. Essa colecta directa de informações pode resultar em dados qualitativos ou quantitativos, dependendo da abordagem escolhida. A análise dos dados obtidos permite que o pesquisador tenha uma visão mais aprofundada e contextualizada do fenómeno investigado.

Dessa forma, a pesquisa de campo, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa descritiva oferecem uma perspectiva prática e aplicada.

3.5 População e Amostra

População:

Segundo Gil (1999), a “população” é definida como o conjunto de elementos que compartilham determinadas características comuns e sobre os quais se pretende tirar conclusões. A população do presente estudo é composta por todos os indivíduos que fazem parte do Centro de Apoio à Rapariga Necessitada (CARAN), situado no Bairro da Liberdade, incluindo as raparigas acolhidas, a coordenadora, as educadoras e os seguranças. Trata-se de uma população do tipo finita e acessível, por ser composta por um número fixo de indivíduos e possível de ser contactada no local da pesquisa.

No total, a população é formada por 31 membros: 24 raparigas acolhidas, 3 educadoras sociais, 3 seguranças e 1 coordenadora do centro. A amostra foi definida por conveniência, sendo do tipo não probabilística. O critério de selecção incluiu a disponibilidade dos participantes e, no caso das raparigas, a condição de terem mais de 18 anos e histórico de institucionalização no acolhimento.

O Centro não dispõe de nenhum departamento de Serviço Social, e não há Assistentes Sociais no Centro.

Grupo	População Total	Amostra	Critério de Inclusão
Raparigas	24	15	Mais de 18 anos e institucionalizadas no acolhimento
Educadoras	3	2	Disponibilidade e participação nas actividades do centro
Seguranças	3	2	Acesso e conhecimento sobre a rotina das raparigas
Coordenadora do Centro	1	1	Responsável pela gestão e acompanhamento das raparigas
Familiares das raparigas	-	10	Acessíveis e disponíveis para entrevista
Total: 31 membros			

Fonte: (CARAN,2024)

3.6 Instrumentos de Recolha de Dados

Para a recolha de dados, foi utilizado um questionário como instrumento principal, a observação directa, visita domiciliária e o diário de campo. De acordo com Lakatos e Marconi (2010), o questionário é um Instrumento estruturado que permite a obtenção de respostas padronizadas de forma anónima, garantir maior confiabilidade e confidencialidade.

Observação directa - consiste na acção de perceber e tomar conhecimento de um facto ou conhecimento que ajuda a explicar e compreender a realidade, objecto de trabalho e como tal, encontrar os caminhos necessários aos objectivos por alcançar, é um processo mental e ao mesmo tempo técnico (Gil, 1999).

Visita Domiciliaria - é um instrumento básico, opcional e complementar da acção e intervenção do assistente social que visa conhecer a realidade social dos utentes.(Gil,1999).

Diário de Campo - instrumento no qual o assistente social anota as demandas diárias, isto é, trata-se de um caderno onde serão anotadas todas as actividades desenvolvidas no quotidiano do trabalho profissional (Bavaresco e Goin, 2012).

3.7 Análise e Tratamento de Dados

Os dados colectados são analisados por meio de técnicas qualitativas, com base em análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011), este método consiste em categorizar as informações obtidas, identificar padrões e relações entre os dados.

Triangulação: Para assegurar a validade dos resultados, será realizada triangulação metodológica, comparando os dados provenientes dos questionários com observações directas. O pesquisador adoptará uma postura reflexiva, deste modo minimiza preconceitos e garantir a imparcialidade na interpretação dos resultados.

3.8 Validade e Fiabilidade dos Resultados

A validade é garantida pela triangulação de dados e pela descrição detalhada dos procedimentos metodológicos, como proposto por Lakatos e Marconi (2010). A

fiabilidade será assegurada pela padronização na aplicação dos questionários e pela replicabilidade do estudo, com todas as etapas documentadas rigorosamente.

3.9 Aspectos Éticos

Seguindo as orientações de Gil (1999), o estudo respeitou os princípios éticos da pesquisa:

Os participantes foram informados sobre os objectivos, métodos e implicações do estudo;

- Foi garantido o anonimato e a confidencialidade das informações;
- Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assegurando que a participação seja voluntária;
- A pesquisa foi conduzida de forma transparente, sem qualquer forma de plágio ou má conduta científica.

3.9.1 Limitações da pesquisa

A presente pesquisa apresenta algumas limitações que importa destacar, o estudo foi realizado apenas no Centro de Apoio à Rapariga Necessitada (CARAN), o que restringe a possibilidade de generalização dos resultados a outros centros de acolhimento. Uma outra limitação do estudo está relacionado com a falta de recursos para efectivar o plano de intervenção, na parte da acção e consequentemente a avaliação.

Importa referir uma limitação de ordem metodológica, o instrumento definido para a recolha de dados, inicialmente era a técnica de entrevista e o guião de entrevista como instrumento de recolha de dados. Contudo, devido à coincidência do trabalho de campo com o período das manifestações pós-eleitorais, e tendo em conta a necessidade de salvaguardar a integridade dos participantes e do pesquisador, optou-se pelo questionário.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O presente capítulo dedica-se à apresentação e interpretação dos dados recolhidos no Centro. Inicia-se com uma breve caracterização do Centro, segue-se a análise do perfil sociodemográfico das raparigas e seus agregados familiares, incluindo o nível de escolaridade, a composição familiar, a distribuição por idades e a ocupação dos seus responsáveis.

4.1 Historial do Centro de Apoio à Rapariga Necessitada (CARAN)

O Centro de Apoio à Rapariga Necessitada (CARAN) é uma sucursal do Conselho Cristão de Moçambique (CCM), criado em 1996 pelo Conselho Executivo das Mães do CCM. O objectivo principal é prestar assistência a raparigas em situação de vulnerabilidade social, fundamentado nos preceitos do amor de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Localizado no Bairro da Liberdade, na Matola, o CARAN dedica-se à protecção e desenvolvimento de raparigas desfavorecidas economicamente, promover os seus direitos, igualdade e equidade de género. Com uma filosofia cristã, o centro visa preparar as raparigas para a reintegração social e familiar, oferecer apoio educativo, emocional e espiritual.

Actualmente, o CARAN atende 24 raparigas, com idades compreendidas entre 9 e 18 anos, e estabelece como idade mínima de acolhimento os 6 anos. A equipa é composta por seis trabalhadores que desempenham funções essenciais no dia-a-dia do centro:

- Coordenadora Responsável e Secretária Executiva;
- Três Educadoras, responsáveis pelo acompanhamento directo das raparigas;
- Dois Seguranças, que garantem a protecção e segurança do espaço.

O CARAN tem sido uma referência no bairro da Liberdade, no apoio a raparigas em situação de risco, contribuindo para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e justa, onde os direitos das crianças e adolescentes são assegurados.

Nesta secção, são apresentados os principais dados referentes à idade, escolaridade, composição familiar e ocupação dos responsáveis das raparigas inquiridas. A análise descritiva permite compreender as características básicas da amostra.

Tabela 1: Distribuição das Raparigas por Idade

Idade	Frequência	Percentagem
17-18	6	25%
15-16	10	42%
17-20	8	33%
Total	24	100%

Fonte:(CARAN,2024)

Tabela 2: Nível de Escolaridade das Raparigas

Classe Frequentada	Frequência	Percentagem
9ª Classe	5	21%
10ª Classe	7	29%
11ª Classe	6	25%
12ª Classe	6	25%
Total	24	100%

Fonte:(CARAN,2024)

Tabela 3: Composição Familiar

Situação Familiar	Frequência	Percentagem
Vive com avós	8	33%
Vive com tios/tias	7	29%
Vive com pais (pai ou mãe)	5	21%
Vive com outros familiares	4	17%
Total	24	100%

Fonte: (CARAN,2024)

Tabela 4: Ocupação dos Responsáveis

Ocupação	Frequência	Percentagem
Agricultura	6	25%
Panificação	5	21%

Comércio informal	8	33%
Outras actividades	5	21%
Total	24	100%

Fonte: (CARAN,2024)

4.2 Perfil sociodemográfico

O perfil sociodemográfico das raparigas respondentes no presente estudo revela aspectos significativos sobre sua realidade e contexto socioeconómico. As participantes são raparigas com idades entre 18 e 20 anos, provenientes de bairros da cidade da Maputo e Matola, nomeadamente: Tsalala, Liberdade, Benfica, Chamanculo A, Magoanine e Cumbeza.

Idade

As raparigas que participaram da pesquisa têm idades entre 18 e 20 anos. Este grupo etário representa uma fase de transição da adolescência para a vida adulta, marcada por desafios no que diz respeito à educação, à inserção no mercado de trabalho e à busca por uma identidade própria. A maioria das raparigas encontra-se em processo de conclusão do ensino secundário, com algumas delas a enfrentar dificuldades para acompanhar o ritmo esperado da escolaridade, dado o histórico de interrupções no seu percurso educacional.

Nível de Escolaridade

As participantes do estudo estão em diferentes níveis de escolaridade, o que reflecte o impacto das dificuldades familiares e sociais em suas trajetórias educacionais. Algumas raparigas estão na 9ª, 10ª, 11ª ou 12ª classe, evidencia um atraso considerável no processo de escolarização. Esse atraso pode ser atribuído a diversas questões, como a necessidade de trabalho para ajudar em casa, a instabilidade familiar e a falta de recursos adequados para a continuidade dos estudos.

Composição Familiar

A composição familiar das raparigas também é diversa. A maioria das participantes vive com outros membros da família, como avós, tios ou tias, dado que muitos pais não estão presentes ou não têm condições de oferecer os cuidados necessários. Essa estrutura

familiar, muitas vezes, não proporciona o apoio emocional e material esperado, o que contribui para as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas raparigas. As famílias dessas raparigas enfrentam dificuldades financeiras, materiais significativas, e as responsabilidades sobre os cuidados e manutenção da casa são muitas vezes compartilhadas entre diferentes membros da família.

Ocupação dos Responsáveis

Os responsáveis pelas raparigas no CARAN têm ocupações predominantemente informais e de baixa remuneração. Muitos deles trabalham como agricultores, padeiros ou vendedores informais, o que implica uma instabilidade económica que dificulta o acesso a serviços essenciais, como educação, saúde e transporte. Essas condições reflectem um ciclo de pobreza que afecta directamente a qualidade de vida das raparigas e a possibilidade de um futuro melhor.

O perfil sociodemográfico das raparigas respondentes ilustra um cenário de vulnerabilidade social, caracterizado por dificuldades no acesso à educação, instabilidade familiar e pobreza. Essas condições são determinantes na situação em que se encontram, e a intervenção do CARAN visa oferecer apoio integral, não apenas na esfera educacional, mas também no fortalecimento de laços familiares e sociais, promover a equidade de género e o desenvolvimento das raparigas em diversas dimensões.

CAPÍTULO V: ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA, DISCUSSÃO E ACTUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA QUESTÃO SOCIAL.

Neste capítulo, foram analisados e interpretados os dados obtidos por meio de Questionários realizados com 30 participantes, entre raparigas atendidas pelo Centro de Apoio à Rapariga Necessitada, familiares e funcionários da instituição. O objectivo é Analisar os factores que contribuem para a reincidência das raparigas ao Centro e identificar as principais dificuldades enfrentadas por elas e por suas famílias.

5.1 Perfil dos Respondentes

Os 30 participantes foram distribuídos da seguinte forma:

Raparigas (15): com idades entre 18 e 20 anos, todas com histórico de múltiplas estadias no Centro;

Familiares (10): mães, avós ou tutores que assumiram a guarda das jovens após a reintegração;

Funcionários do Centro de Apoio à Rapariga Necessitada (5): equipe administrativa directamente envolvida na gestão do Centro e no processo de reintegração familiar.

A colecta de dados ocorreu entre Outubro e Dezembro de 2024, e os relatos demonstram um contexto geral de vulnerabilidade socioeconómica, marcado por pobreza extrema, conflito familiar e lacunas nos serviços sociais de suporte.

5.2 Categorias Temáticas

5.2.1 Pobreza e Reincidência

A pobreza foi destacada como o principal factor de reincidência das raparigas ao Centro.

Depoimento 1 (Outubro de 2024):

“Saí do Centro pensando que seria diferente, mas em casa não havia comida. Minha mãe já tinha outros filhos para cuidar, e eu me sentia inútil.” (Rapariga, 18 anos, reincidente em 2022)

Depoimento 2 (Outubro de 2024):

“Nós não tínhamos nem onde viver. Minha mãe me levou para casa de parentes, mas lá eu sofri muitas coisas ruins. Acabei por voltar para o Centro porque queria estudar.” (Rapariga, 19 anos, reincidente em 2021)

De acordo com Sen (2010), a pobreza não é apenas uma questão de renda insuficiente, mas de privação de capacidades. As jovens enfrentam limitações severas para acessar educação, saúde e alimentação adequada.

Depoimento 3 (Dezembro de 2024):

“Minha avó trabalha muito, mas só consegue comprar comida. Quando fico doente ou preciso de algo para a escola, ela não tem como ajudar.” (Rapariga, 20 anos, reincidente em 2023)

Depoimento 4 (Novembro de 2024):

“Depois que voltei para casa, minha mãe me disse que eu devia arrumar um trabalho. Mas eu ainda era criança, não sabia o que fazer.” (Rapariga, 19 anos, reincidente em 2022)

Marx (2017) argumenta que as desigualdades estruturais do sistema capitalista perpetuam ciclos de exclusão, o que se reflecte nas histórias das entrevistadas.

5.2.2 Conflitos Familiares e Reinserção

Os conflitos familiares emergem como barreiras significativas à reintegração das raparigas em seus lares.

Depoimento 5 (Outubro de 2024):

“Minha madrasta sempre brigava comigo. Dizia que eu era um peso para a família. Acabei fugindo de casa.” (Rapariga, 20 anos, reincidente em 2023)

Depoimento 6 (Outubro de 2024):

“Eu não queria voltar para o Centro, mas meu tio me obrigou. Ele dizia que lá era meu lugar.” (Rapariga, 18 anos, reincidente em 2021)

Esses relatos reflectem a falta de preparo emocional e estrutural das famílias para acolher as raparigas, como apontado por Núncio (2015).

Depoimento 7 (Novembro de 2024):

“Meu padrasto disse que eu só dava trabalho. Não tinha paciência para me ouvir e gritava sempre comigo. Eu me sentia sozinha mesmo com a família (Rapariga, 19 anos, reincidente em 2023) ”.

Embora o Centro de Apoio à Rapariga Necessitada ofereça apoio inicial, a ausência de programas de acompanhamento após a reintegração contribui para o ciclo de reincidência.

Depoimento 8 (Outubro de 2024):

“No Centro, aprendi a costurar, mas em casa não tinha como usar isso. Minha avó não podia comprar uma máquina para mim.” (Rapariga, 18 anos, reincidente em 2022)

Depoimento 9 (Novembro de 2024):

“O Centro fechou e ninguém mais acompanhou minha família. Ficamos abandonados.” (Familiar, mãe de rapariga reincidente em 2023)

Conforme Fávero e Henriques (2007), o sucesso da reintegração depende de políticas que ofereçam suporte contínuo às famílias, abordando aspectos económicos, sociais e psicológicos.

5.2.3 Percepções dos Funcionários do Centro de Apoio à Rapariga Necessitada

Os funcionários reconhecem as limitações do programa e a necessidade de mais recursos.

Depoimento 10 (outubro de 2024):

“Fazemos o possível, mas sem financiamento é difícil acompanhar todas as famílias.” (Funcionário, Centro de Apoio à Rapariga Necessitada, 2023)

Depoimento 11 (Novembro de 2024):

“Acreditamos no trabalho do Centro, mas a realidade económica do país limita- nos. Precisamos de mais apoio governamental e da sociedade civil.” (Funcionário, Centro de Apoio à Rapariga Necessitada, 2023)

Depoimento 12 (Novembro de 2024):

“Temos programas de capacitação, mas falta acompanhamento após a reintegração. As raparigas acabam retornando porque as condições em casa não mudam.” (Funcionário, Centro de Apoio à Rapariga Necessitada, 2023)

Depoimento 13 (Outubro de 2024):

“Precisamos de mais recursos para dar seguimento a programas de apoio psicológico e social para as famílias (Funcionário, Centro de Apoio à Rapariga Necessitada, 2023)”.

Depoimento 14 (Novembro de 2024):

“As raparigas precisam de uma rede de apoio mais robusta, tanto dentro quanto fora do Centro (Funcionário, Centro de Apoio à Rapariga Necessitada, 2023)”.

Depoimento 15 (Outubro de 2024):

“A falta de parcerias e apoio financeiro é um desafio constante. Ajudamos no que podemos, mas sem recursos é difícil proporcionar as melhores condições para todas as raparigas (Funcionário, Centro de Apoio à Rapariga Necessitada, 2023)”.

Estes depoimentos evidenciam a complexidade do processo de reintegração das raparigas no seio familiar, com uma série de factores económicos, sociais e institucionais que impactam a efectividade da reintegração.

5.2.4 Lacunas no Acompanhamento Institucional e Familiar

As políticas de protecção social em Moçambique, embora reconhecidas como essenciais, apresentam lacunas que impactam directamente a reintegração das raparigas e a estrutura familiar. Como apontado por Marqueza (2017), as políticas de protecção social frequentemente resultam em contribuições marginais à temas centrais, o autor realça a necessidade de se priorizar essas áreas como uma estratégia de redução da pobreza. Essa crítica encontra eco nos depoimentos de raparigas, familiares e

funcionários do Centro de Apoio à Rapariga Necessitada, onde a ausência de acompanhamento contínuo e de recursos básicos é constantemente destacada.

Depoimento 15 (Funcionário, Outubro de 2024):

“Apesar dos esforços que fazemos para capacitar as raparigas, muitas vezes elas voltam porque as famílias não estão preparadas para lidar com suas necessidades ou porque as condições económicas são extremamente difíceis”.

Esse depoimento alinha-se à análise de Lima e Carlotto (2009), que ressaltam a importância de um sistema de protecção social robusto que envolva não apenas as beneficiárias, mas também seus agregados familiares.

Depoimento 16 (Rapariga, Outubro de 2024):

“Quando saí do Centro, minha mãe tentou- me ajudar, mas ela mesma não tinha emprego. Eu me senti perdida e acabei por pedir voltar no centro porque queria ir à escola (Rapariga, 18 anos, reincidente em 2023) ”.

Depoimento 17 (Familiar, Novembro de 2024):

“Eu recebi minha neta com muita alegria, mas não sabia como cuidar dela. Já vivemos com dificuldades, e ela precisava de coisas que eu não podia oferecer” (Avó de rapariga, 63 anos)”.

Esses relatos exemplificam o impacto das limitações económicas sobre as famílias. Segundo Passos de Silva (2017), o empoderamento familiar é crucial para a estabilidade emocional e social das crianças e adolescentes reintegrados.

Depoimento 18 (Funcionário, Outubro de 2024):

“Muitas famílias nos pedem para ficar com as meninas por mais tempo. Elas dizem que não têm condições de sustentá-las ou que o ambiente em casa não é favorável”.

Depoimento 19 (Rapariga, Novembro de 2024):

“Eu tentei continuar em casa, mas minha mãe brigava muito comigo. Ela dizia que eu era um problema e que não tinha como cuidar de mim (Rapariga, 19 anos, reincidente em 2022).”

Conforme o artigo 25 da Assembleia da República de Moçambique, o Estado deve assegurar condições que promovam a dignidade e os direitos das crianças e jovens. Contudo, Moreira (2014) alerta que tais políticas, quando desconectadas da realidade socioeconómica das famílias, falham em sua implementação.

Depoimento 20 (Familiar, Novembro de 2024):

“Eu pedi ao Centro para cuidar da minha filha novamente. Não fiz isso porque não a quero aqui, mas porque sei que ela terá mais oportunidades lá.(Mãe de rapariga, 39 anos)”.

Depoimento 21 (Funcionário, Outubro de 2024):

“Notamos que as meninas voltam ao Centro em grande parte por falta de acompanhamento sistemático. Não é só tirá-las das famílias, mas criar estratégias que realmente as mantenham fora daqui”.

Marqueza (2017) enfatiza que a protecção social em Moçambique deve ser ampliada para atender às demandas das famílias vulneráveis, criando um ambiente propício para o desenvolvimento integral das jovens.

Depoimento 22 (Rapariga, Outubro de 2024):

“Quando volto ao Centro, fico pensando se algum dia conseguirei viver com minha família sem causar problemas para eles. Eu queria ser independente (Rapariga, 20 anos, reincidente em 2021)”.

Depoimento 23 (Funcionário, Novembro de 2024):

“Temos casos de meninas que retornam até três vezes. Elas sentem que aqui têm mais segurança e apoio do que em casa e o centro tem raízes cristãs, por isso acolhemos a todas raparigas ou procuramos inserir as mesmas num outro seio familiar com a aprovação da família legítima ”.

Depoimento 24 (Familiar, Outubro de 2024):

“Eu sou muito grata ao Centro, mas gostaria que houvesse um programa para me ajudar a cuidar da minha filha. Ela precisa de apoio e segurança, visto que sofreu um abuso sexual, e até hoje eu não sei lidar com isso (Mãe de rapariga, 41 anos) ”.

Depoimento 25 (Rapariga, Novembro de 2024):

“Aprendi muito no Centro, mas quando volto para casa, parece que nada disso é suficiente. Minha mãe sempre reclama que não tem dinheiro para nada.” (Rapariga, 18 anos, reincidente em 2023) ”.

Depoimento 26 (Funcionário, Outubro de 2024):

“Nosso trabalho é limitado pelo orçamento e pela falta de pessoal. Fazemos o possível, mas precisamos de mais recursos para oferecer um suporte completo às meninas e suas famílias”.

Depoimento 27 (Familiar, Novembro de 2024):

“Minha filha voltou ao Centro porque brigava muito com o padrasto. Eu não sabia o que fazer e pensei que era melhor ela ficar lá.” (Mãe de rapariga, 38 anos)

Depoimento 28 (Rapariga, Novembro de 2024):

“Minha avó é quem cuida de mim, mas ela é idosa e não pode trabalhar. Eu não quero ser um peso para ela, então ela pediu para que ficasse no Centro (Rapariga, 19 anos, reincidente em 2022)”.

Depoimento 29 (Funcionário, Outubro de 2024):

“As famílias precisam ser parte da solução, mas muitas vezes elas mesmas estão em situação de vulnerabilidade extrema. Isso dificulta muito o processo de reintegração”.

Depoimento 30 (Familiar, Novembro de 2024):

“Eu quero que minha neta tenha um futuro melhor, mas não sei como ajudá-la. Preciso de orientação e apoio para fazer isso (Avó de rapariga, 65 anos) ”.

Os depoimentos apresentados mostram que a reincidência das raparigas no Centro de Apoio à Rapariga Necessitada é resultado de uma combinação de factores: a falta de suporte às famílias, a ausência de políticas públicas efectivas e os limites estruturais das instituições. Como Lima e Carlotto (2009) afirmam, é necessário criar sistemas de protecção integrados, que envolvam as instituições, o Estado e as famílias. Além disso, as críticas de Marqueza (2017) sobre as políticas de protecção social sublinham a

necessidade de reformas estruturais para que as estratégias de redução da pobreza sejam efectivas e sustentáveis em Moçambique.

5.3 A POBREZA FAMILIAR E A REINCIDÊNCIA DAS RAPARIGAS NO CARAN: O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL

A reincidência de raparigas no Centro de Apoio à Rapariga Necessitada (CARAN), após processos de reintegração familiar, constitui um problema social complexo que revela a fragilidade das condições socioeconómicas das famílias moçambicanas. A pobreza familiar, enquanto expressão da questão social, está na base de múltiplos factores que limitam a reintegração familiar e contribuem para o regresso das raparigas ao centro. Neste contexto, a actuação do Assistente Social adquire centralidade, tanto na mediação entre a família, a comunidade e as instituições, como na implementação de estratégias de prevenção e acompanhamento.

Segundo Iamamoto (2007), análise deste fenómeno exige um olhar crítico sobre as condições estruturais da pobreza e as limitações das políticas sociais, bem como uma reflexão acerca do papel do Serviço Social, entendido enquanto profissão inserida nas contradições do capitalismo, mas dotada de potencial transformador.

Na perspectiva de Behring e Boschetti (2011) a pobreza familiar, enquanto fenómeno multidimensional, não se restringe à insuficiência de rendimentos, mas estende-se à privação de acesso a direitos básicos, como educação, saúde, habitação e protecção social. As autoras salientam que a pobreza é uma manifestação concreta da questão social, resultante das desigualdades estruturais do sistema capitalista.

No caso das raparigas atendidas pelo CARAN, a pobreza manifesta-se de forma dramática: abandono escolar, violência doméstica, uniões prematuras e exploração laboral. Estas condições limitam a capacidade das famílias em garantir a reintegração plena, aumentar a probabilidade de reincidência. Assim, o regresso ao centro não pode ser interpretado apenas como falha individual ou familiar, mas como reflexo de vulnerabilidades sociais mais amplas.

5.4 O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL

O Assistente Social tem como missão intervir directamente sobre os impactos da pobreza na vida das crianças e raparigas, promover estratégias de superação das desigualdades e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Segundo Iamamoto (2007), a profissão deve ser entendida como mediação entre a sociedade civil e o Estado, com função pedagógica, política e ética na defesa dos direitos sociais.

No contexto do CARAN, a intervenção do Assistente Social passa por:

- Avaliar as condições socioeconómicas das famílias antes da reintegração;
- Promover programas de acompanhamento familiar contínuo;
- Encaminhar famílias para políticas de assistência social e apoio económico;
- Desenvolver acções educativas e de sensibilização comunitária
- Articular respostas com escolas, serviços de saúde e parceiros locais.

Estes referenciais teóricos sustentam que o papel do Assistente Social não se restringe ao atendimento imediato, mas envolve análise crítica, intervenção integrada e articulação política.

O Plano de Acção Social 2019 – 2024 do Governo de Moçambique reconhece a pobreza multidimensional como o principal desafio para a inclusão social e define a protecção social básica como estratégia central (Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2019-2024). Entre as suas linhas de acção, destacam-se:

- Expansão dos programas de subsídios sociais básicos para famílias em situação de vulnerabilidade;
- Reforço da reintegração comunitária de crianças e raparigas institucionalizadas, através do apoio directo às famílias;
- Promoção da articulação entre serviços sociais, saúde, educação e organizações da sociedade civil;
- Atenção especial às zonas rurais e periféricas, onde a pobreza atinge maiores proporções.

Contudo, apesar do avanço normativo, o plano enfrenta limitações estruturais: escassez de recursos financeiros, insuficiência de profissionais qualificados e falta de mecanismos de monitorização contínua. Estes obstáculos fragilizam o acompanhamento das raparigas reintegradas, expondo-as ao risco de reincidência.

O Assistente Social em Moçambique actua num cenário marcado pela precariedade de recursos e pela elevada vulnerabilidade das famílias. O seu papel é duplamente desafiador: garantir a aplicação dos direitos sociais previstos no Plano de Acção Social (2019-2024) e, ao mesmo tempo, enfrentar as contradições impostas pela pobreza estrutural.

Entre os principais contributos da profissão, destacam-se:

- Mediação entre políticas públicas e realidade concreta das famílias;
- Promoção de acompanhamento familiar após a reintegração;
- Defesa dos direitos das raparigas em situação de vulnerabilidade;
- Intervenção comunitária, fortalecendo redes de apoio.

A reincidência de raparigas no CARAN é um reflexo directo da pobreza familiar, que limita a capacidade das famílias em assegurar a reintegração plena. Este fenómeno não pode ser analisado, mas como expressão da questão social em Moçambique.

O Assistente Social assume um papel estratégico neste processo, não apenas como técnico de acompanhamento, mas como mediador e agente político, capaz de articular respostas integradas e defender políticas sociais mais robustas.

O Plano de Acção Social (2019-2024) estabelece um quadro importante de medidas, mas a sua eficácia depende do fortalecimento dos recursos, da continuidade das políticas e da valorização do trabalho do Assistente Social. Apenas com a combinação entre políticas estruturais e intervenção profissional crítica para reduzir a reincidência e assegurar o direito das raparigas a uma vida digna, livre da pobreza e da exclusão social.

Conclusão

A partir da análise dos dados recolhidos e da aplicação da teoria das capacidades de Sen, como lente interpretativa, observa-se que o desenvolvimento humano vai além da renda e exige a criação de condições reais para o exercício das liberdades fundamentais, como acesso à saúde, educação e segurança.

A hipótese H1, que associa directamente os níveis de pobreza familiar à reincidência das raparigas, foi validada por meio de evidências empíricas. Os dados demonstram que famílias sem apoio financeiro e social consistente não conseguem manter as condições mínimas para acolher as raparigas. A hipótese H2 que sugere que a falta de apoio psicossocial e o acompanhamento influencia na reincidência da rapariga no centro, também foi validada, porque há uma correlação clara entre a falta de apoio psicossocial e o acompanhamento após a reintegração familiar com retorno das raparigas ao Centro.

Além disso, a capacitação das famílias é um ponto essencial que não pode ser ignorado. Como observado na pesquisa, muitas raparigas retornam ao centro devido à pobreza de suas famílias, que não têm meios para garantir a sua segurança e bem-estar. Assim, a implementação de programas de Apoio psicossocial e acompanhamento e formação de profissionais que actuem com as famílias pode criar um ambiente mais estável para as raparigas. O desenvolvimento de projectos comunitários que promovam o empreendedorismo, a agricultura e a inclusão social são opções que poderiam ser exploradas, considerando a realidade de muitas famílias moçambicanas que dependem da agricultura de subsistência.

Embora a teoria das capacidades de Amartya Sen permita analisar de que forma a privação das capacidades compromete o desenvolvimento das raparigas e das suas famílias, torna-se igualmente evidente que tais limitações são produzidas pela conjuntura do sistema em que estamos inseridos. É necessário que o Estado amplie as liberdades reais através de um sistema de protecção social robusto.

Por fim, é essencial que a estratégia para reduzir a reincidência não se limite apenas ao âmbito da assistência directa às raparigas, mas que envolva uma abordagem integrada, que priorize o desenvolvimento comunitário. A cooperação entre as diversas esferas do governo, e o próprio centro pode resultar em uma rede de apoio mais robusta e eficaz,

deste modo pode-se quebrar o ciclo de pobreza e reincidência. É necessário um esforço conjunto para que as raparigas que saem do CARAN possam encontrar um novo caminho para suas vidas, longe da vulnerabilidade social que as coloca novamente em risco.

Sugestões

Face ao exposto, reconhece-se que a superação da reincidência requer mais do que acções socioeducativas, visitas domiciliárias ou apoio psicossocial. Implica o reforço do sistema de protecção social, o investimento na área social.

Sugere-se: criar políticas que garantam o acesso das famílias mais pobres a insumos agrícolas, financiamento e tecnologias modernas.

Estabelecer programas de formação e capacitação em práticas agrícolas sustentáveis, com foco na geração de renda e segurança alimentar.

Incentivar cooperativas agrícolas comunitárias que permitam a partilha de recursos e acesso a mercados.

Criar incentivos financeiros, como bolsas de estudo, para raparigas de famílias vulneráveis.

Promover a educação técnico-profissional voltada para sectores com alta demanda no mercado, como agricultura, construção e tecnologia.

A eficácia do sistema de protecção social depende de uma colaboração eficiente entre instituições governamentais e centros de apoio como o CARAN. Para isso:

- Criar um banco de dados nacional que integre informações sobre famílias vulneráveis, permitir um acompanhamento contínuo e articulado.
- Formalizar parcerias entre o CARAN e o Ministério do Género, Criança e Acção Social, para monitorar os processos de reintegração das raparigas e reduzir a reincidência.
- Estabelecer programas comunitários de apoio psicológico e social que promovam a estabilidade emocional e a autonomia das raparigas e suas famílias.

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (4ª ed.). Edições 70.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bavaresco, A., & Goin, A. (2012). *Diário de campo: Instrumento de reflexão e acompanhamento: cortez*.
- Behring, E.R., & Boschetti, L. (2011). *Política Social: Fundamentos e história*. Cortez.
- Bonetti, C. (2013). *Gênero, infância e vulnerabilidade social: Desafios e perspectivas para a proteção da rapariga*. Cortez.
- Bourdieu, P. (1986). *As formas de capital*. In J. Richardson (Ed.), *Manual de teoria e pesquisa para a sociologia da educação*. Greenwood.
- Brito, R.C., Koller, S.H. (1999). *Desenvolvimento humano e redes de apoio social. Psicologia: Reflexão crítica*.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos por natureza e planejados* (M. A. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- .(1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos por natureza e planejados* (M. A. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da Questão Social; Uma crônica do Salário*. Petrópolis: Vozes.
- CARAN. (2024). *Relatório semestral: Conselho Cristão de Moçambique* : Maputo.
- Fávero, E. A., & Henriques, R. M. (2007). *Serviço Social e políticas sociais: Fundamentos e práticas*. Cortez.
- Faleiros, V. (2010). *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*, 11ed. São Paulo: Cortez.
- Francisco, A. (2009). *Pobreza e desigualdade em Moçambique: Uma análise das políticas públicas*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5ª ed.). Atlas.

Gonçalves, M. (2015). Políticas públicas e reintegração familiar: O papel da rapariga em contextos de exclusão social. Cortez.

Iamamoto, M. V. (2007). Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho, e questão social. São Paulo: Cortez.

Juliano, M. C. C., Yunes, M. A. M. (2014). Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de protecção e promoção de resiliência. Ambiente.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2010). Fundamentos de metodologia científica (7ª ed.). Atlas.

----- (2003). Fundamentos de metodologia científica (5ª ed.). Atlas.

Lima, C. R., & Cardoso, S. S. (2009). Acções socioeducativas e transformação social: Uma análise prática. Revista Brasileira de Educação Social.

Lima, M., & Carlotto, M. (2009). Vulnerabilidade social e políticas públicas. Editora Contexto.

Lüdke, M., & André, M. D. A. (1999). A pesquisa em educação: Abordagens qualitativas. EPU.

Maloa, T. (2018). Desafios da protecção social em Moçambique: Uma análise crítica das políticas de reintegração familiar. Revista Moçambicana de Ciências Sociais.

Marqueza, H. (2017). *Direitos Humanos em Moçambique: Possibilidades e desafio da Cidadania Moçambicana*. Tese de Doutorado, Universidade do Rio de Janeiro, Brasil.

Marx, K. (2017). O capital: Crítica da economia política (Vol. I, edição). Boitempo. (Trabalho original publicado em 1867).

----- (1984). O Capital: crítica da economia política (Vol. II, R. Sant'Anna, Trad.). São Paulo: Difel.

Meirelles, G. A. (2017). Serviço Social e Questão Social: fundamentos teóricos e análise contemporânea. Serviço social Revista

Mioto, R. C. T. (2004). Metodologia da intervenção social: Desafios e perspectivas. Serviço Social em Revista.

- Moreira, J. (2014). Políticas públicas e desigualdades sociais. Vozes.
- Moreira, L. C., & Paiva, M. S. (2015). Acolhimento familiar no Brasil. Psicologia & Sociedade.
- Ngwenya, T., & Adebo, G. M. (2017). Reintegração de crianças de rua na vida familiar e comunitária em Moçambique. Revista Africana de Trabalho Social.
- Núncio, S. (2015). Serviço Social e cidadania: Desafios no Brasil contemporâneo. Cortez.
- Oliveira, R. C. S. (2007). Quero Voltar para Casa: O trabalho em Rede e a Garantia do Direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em Abrigos. AASPTJ-SP.
- Passos de Silva, R. (2017). Empoderamento familiar e protecção social. Editora Moderna.
- Pastorini, A. (2010). A categoria “ Questão Social” em debate. (3ed.). São Paulo: Cortez.
- Quive, S. A. (2007). Protecção social em Moçambique: Uma rede furada de protecção social. Fundação Friedrich Ebert.
- Rosa, E. M., Nascimento, J. P., Matos, L. M., & Santos, M. F. (2012). Acolhimento institucional: Uma reflexão sobre as implicações na relação da criança com a família. Psicologia: Ciência e Profissão.
- Rosanvallon, P. (1998). A nova Questão Social: repensando o Estado-Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.
- Santos, R.C.B. (2011). *O Social-liberalismo: uma Ideologia para a Questão Social no Século XXI. Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
- Sen, A. (2010). Desenvolvimento como liberdade. (Silveira Menezes, Trad). São Paulo: Companhia de letras.
- (1999). Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia de Letras.

Siqueira, A. C. (2009). Políticas públicas e desafios da reintegração social: Um olhar sobre o acolhimento institucional. *Revista Brasileira de Serviço Social*.

Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2011). Políticas públicas e reintegração familiar: Desafios e possibilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*.

Souza, R. M. (2014). *Intervenções do Serviço Social e os desafios da contemporaneidade*. Editora da UFRJ.

Szymanski, H. (2002). *Psicologia social: Desafios e possibilidades*. Vozes.

Thiollent, M. (2005). *Metodologia da pesquisa-ação* (14ª ed.). Cortez.

UNICEF, (2016). *Pobreza infantil: Um desafio urgente para Moçambique. Relatório sobre a criança em Moçambique*

Viana, D. P. (2004). *Inclusão social e políticas públicas no Brasil: Teoria e prática*. Unesp.

LEGISLAÇÃO

Assembleia da República de Moçambique. (2004). *Constituição da República*. Artigo 25.

Decreto n°85/2009 de 29 de Dezembro de 2009.

Governo de Moçambique. (2020-2024). *Plano Quinquenal do Governo 2020-2024*.

Ministério do Género, Criança e Acção Social (2019-2024). *Governo de Moçambique*.

APÊNDICES



APÊNDICE 1 – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Consentimento Informado

Eu, _____, Coordenador(a) do Centro de Apoio à Rapariga Necessitada da Liberdade (CARAN), fui convidado(a) a participar na pesquisa subordinada ao tema: “A Influência da Pobreza Familiar na Reincidência da Rapariga no Centro de Apoio à Rapariga Necessitada (2021-2024) ” na qualidade de responsável pela gestão do Centro.

Fui devidamente informado(a) de que:

1. Os resultados da pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins académicos e para contribuir com o conhecimento sobre o tema abordado.
2. A pesquisa será conduzida pelo pesquisador Ângelo Muchanga.
3. As informações fornecidas durante as entrevistas serão tratadas com total confidencialidade e serão gravadas apenas para melhor gestão e análise dos dados, com minha permissão.
4. Não foi oferecida ou aceita qualquer compensação financeira ou material em troca da minha participação na pesquisa.

Com base nas informações fornecidas, autorizo o pesquisador mencionado a proceder com a recolha de dados necessários para a realização da pesquisa, assegurando o compromisso ético e profissional no tratamento das informações colhidas.

(Coordenador(a) do CARAN)



Faculdade de Letras e Ciências sociais
Departamento de Sociologia

Licenciatura em Serviço Social

Departamento de Sociologia – Curso de Licenciatura em Serviço Social
Questionário para as Raparigas e seus agregados familiares

Saudações Prezados (as),

O meu nome é Ângelo Muchanga, finalista do curso de Licenciatura em Serviço Social pela Universidade Eduardo Mondlane. No âmbito da pesquisa intitulada “Influência da Pobreza Familiar na Reincidência da Rapariga no Centro de Acolhimento: Estudo de Caso do Centro de Apoio à Rapariga Necessitada (2021-2024)”, venho solicitar a sua colaboração ao responder este questionário.

Este questionário destina-se a recolher informações sobre a experiência das raparigas no Centro e o impacto da situação socioeconómica das suas famílias no processo de reintegração. Todas as respostas serão confidenciais e utilizadas exclusivamente para fins académicos.

Parte 1: Dados Demográficos

1. Nome (opcional):
2. Idade:
3. Estado civil:
4. Nível de escolaridade:
5. Número de pessoas na família com quem reside:

6. Profissão:

Parte 2: Experiência da Rapariga no Centro

7. Quantas vezes estiveram no Centro de Apoio à Rapariga Necessitada?

☐ Uma vez

☐ Duas vezes

☐ Mais de duas vezes

8. Quanto tempo ficou no Centro na última vez que esteve lá?

☐ Menos de 6 meses

☐ Entre 6 meses e 1 ano

☐ Mais de 1 ano

9. Como descreveria o apoio que recebeu no Centro?

☐ Muito bom

☐ Bom

☐ Razoável

☐ Insuficiente

10. Na sua opinião, quais foram os principais desafios que enfrentou ao retornar para casa?

(Pode seleccionar mais de uma opção)

☐ Falta de apoio financeiro

☐ Conflitos familiares

☐ Falta de acompanhamento por parte do Centro

☐ Outros: _____

Parte 3: Situação Familiar e Socioeconómica

11. A família depende de alguma fonte de rendimento regular?

☐ Sim

☐ Não

12. Qual é a principal fonte de rendimento da família?

☐ Agricultura

☐ Comércio informal

☐ Emprego formal

☐ Outros: _____

13. Alguma das seguintes condições afecta a sua família?

☐ Desemprego

☐ Falta de habitação adequada

☐ Doença ou incapacidade de membros da família

☐ Outros: _____

14. A família recebeu algum tipo de apoio (financeiro, alimentos, roupas, etc.) após a sua reintegração?

☐ Sim

☐ Não

Parte 4: Reintegração e Reincidência

15. Como foi a experiência de retornar à sua família após sair do Centro?

☐ Muito boa

☐ Boa

☐ Razoável

☐ Difícil

16. Quais foram os principais motivos que a levaram a retornar ao Centro?

(Pode selecionar mais de uma opção)

☐ Conflitos familiares

☐ Falta de condições financeiras

☐ Maus-tratos ou abuso

☐ Outros: _____

17. Que tipo de apoio acredita que ajudaria a evitar o retorno ao Centro?

☐ Apoio financeiro

☐ Melhor comunicação familiar

☐ Acompanhamento contínuo do Centro

☐ Outros: _____

Parte 5: Reflexão Final

18. O que mais gostaria de compartilhar sobre a sua experiência no Centro ou o impacto da sua situação familiar?

Nota:

Este questionário é fundamental para compreender melhor as suas necessidades e encontrar soluções para apoiar as raparigas e suas famílias. Agradecemos a sua colaboração!



Faculdade de Letras e Ciências sociais

Departamento de Sociologia

Licenciatura em Serviço Social

Departamento de Sociologia – Curso de Licenciatura em Serviço Social
Questionário para Funcionários

Saudações Prezados(as),

O meu nome é Ângelo Muchanga, finalista do curso de Licenciatura em Serviço Social pela Universidade Eduardo Mondlane. No âmbito da pesquisa intitulada Influência da Pobreza Familiar na Reincidência da Rapariga no Centro de Acolhimento: Estudo de Caso do Centro de Apoio à Rapariga Necessitada (2021-2024), venho solicitar a sua colaboração ao responder este questionário.

O objectivo é compreender as experiências dos funcionários do centro sobre os factores que influenciam a reincidência das raparigas e identificar possíveis intervenções para reduzir essa reincidência. As informações fornecidas serão tratadas com total confidencialidade e usadas apenas para fins académicos.

Instruções:

Responda às perguntas assinala com um “X” ou preenche

Parte 1: Dados Profissionais

1. Qual a sua função no Centro de Apoio à Rapariga Necessitada?

☐ Assistente social

☐ Psicólogo(a)

☐ Educador(a)

☐ Administrador(a)

☐ Outro: _____

2. Há quanto tempo trabalha no centro?

☐ Menos de 1 ano

☐ 1-3 anos

☐ 4-6 anos

☐ Mais de 6 anos

3. Quais são as principais responsabilidades do seu cargo?

Parte 2: Análise o sobre as Condições das Famílias

4. Em sua opinião, qual é a principal causa da reincidência das raparigas no centro?

☐ Pobreza extrema das famílias

☐ Conflitos familiares

☐ Falta de apoio institucional após a reintegração

☐ Outro: _____

5. Como avalia a situação económica das famílias das raparigas atendidas?

☐ Muito boa

☐ Boa

☐ Regular

☐ Má

☐ Muito má

6. Quais dificuldades as famílias enfrentam ao tentar reintegrar as raparigas? (assinale todas as opções aplicáveis):

☐ Falta de recursos económicos

☐ Falta de suporte emocional

☐ Conflitos internos

☐ Habitação inadequada

☐ Outro: _____

Parte 3: Reintegração Familiar

7. Como você avalia o processo de reintegração das raparigas às suas famílias?

☐ Muito eficaz

☐ Eficaz

☐ Pouco eficaz

☐ Ineficaz

8. Que tipo de apoio o centro oferece às famílias para facilitar a reintegração?

☐ Apoio financeiro

☐ Aconselhamento psicológico

☐ Formação ou capacitação económica

☐ Outro: _____

9. Na sua opinião, o apoio fornecido às famílias é suficiente para evitar a reincidência?

☐ Sim

☐ Não

Se não, explique brevemente: _____

Parte 4: Factores de Reincidência

Quais os factores internos ao centro podem contribuir para a reincidência? (assinale com x):

- ☐ Limitação de recursos do centro
- ☐ Tempo insuficiente para o acolhimento
- ☐ Falta de programas de acompanhamento pós-reintegração
- ☐ Outro: _____

11. Na sua experiência, quais factores externos influenciam mais a reincidência?

- ☐ Pobreza extrema das famílias
- ☐ Desemprego dos responsáveis
- ☐ Violência doméstica
- ☐ Outro: _____

12. Acha que as raparigas reincidem mais devido a factores individuais ou familiares?

- ☐ Factores individuais
- ☐ Factores familiares

Explique: _____

Parte 5: Sugestões e Intervenções

13. O que você sugere para reduzir a reincidência das raparigas no centro?

14. Que tipo de apoio adicional o centro precisaria para fortalecer o processo de reintegração familiar?

15. Quais intervenções ou políticas sociais poderiam ser implementadas para melhorar as condições das famílias?

Agradecemos pela sua colaboração!



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Licenciatura em Serviço Social

Guião de Observação

Compreender a influência da pobreza e as dificuldades enfrentadas no processo de reintegração familiar.

Local da observação: Centro de Apoio à Rapariga Necessitada da Liberdade (CARAN)

Tipo de observação: Não participante e estruturada

Dimensão	Indicadores a observar	Notas do observador
Condições materiais do centro	Estado de conservação do edifício; número e estado das camas; alimentação fornecida; acesso a higiene e vestuário.	
Rotina diária das raparigas	Organização do tempo (estudo, lazer, tarefas domésticas); supervisão; nível de autonomia.	
Interacção entre as raparigas	Relações interpessoais; conflitos; sinais de solidariedade ou exclusão.	
Relacionamento com profissionais	Postura dos técnicos; linguagem utilizada; atitudes afectivas ou disciplinares.	
Referências à família	Menções espontâneas sobre a família; reacções emocionais ao falar da reintegração.	
Apoio emocional e psicossocial	Actividades de apoio; presença de técnicos de saúde mental; escuta activa.	
Sinais de alienação ou exclusão	Expressões de tristeza, apatia, isolamento, ou falta de envolvimento nas actividades.	
Referências a dificuldades económicas	Falas espontâneas sobre pobreza familiar; comentários sobre falta de recursos em casa.	

APENDICES

Apêndices 2: Instrumento de Visita Domiciliária

Ficha de Observação para Visita Domiciliária

(Centro de Apoio à Rapariga Necessitada - CARAN)

1. Identificação da Rapariga

Nome: _____

Idade: _____

Número de identificação do processo: _____

Data da visita: / _____

2. Informações sobre o Lar Familiar

Endereço: _____

Nome do Responsável pelo Lar: _____

Grau de parentesco com a rapariga: _____

Composição familiar (número de pessoas): _____

Condições habitacionais:

Tipo de habitação: _____

Estado de conservação: _____

Número de quartos: _____

3. Condições Socioeconômicas

Fonte de renda principal: _____

Acesso a alimentos básicos:

Regular: _____

Irregular: _____

4. Situação Escolar da Rapariga

Está matriculada? () Sim () Não

Nível de escolaridade: _____

Assiduidade e participação escolar: _____

5. Saúde e Bem-Estar

Acesso a serviços de saúde: () Sim () Não

Condições de higiene e saneamento: _____

Sinais de vulnerabilidade (doenças, lesões, etc.):

6. Relação Familiar e Social

Interações da rapariga com membros da família: _____

Presença de conflitos familiares: () Sim () Não

Apoio emocional e prático disponível: _____

7. Plano de Intervenção e Reintegração

Percepção dos familiares sobre a reintegração: _____

Acções recomendadas: _____

Compromissos assumidos pela família: _____

8. Observações Adicionais

Aplicado por:

Nome: _____

Cargo/Função: _____

Diário de Campo

Diário de Campo

(Centro de Apoio à Rapariga Necessitada - CARAN)

Data: / _____

Horário da Atividade: _____

Descrição da Actividade:

Hoje, foi realizada uma visita domiciliária à residência da rapariga [_____], localizada no bairro [_____].

Resumo das Observações:

1. Condições do Lar:

A moradia apresenta características básicas, mas necessita de melhorias em ambiente doméstico organizado, porém, há sinais de dificuldades financeiras evidentes.

2. Dinâmica Familiar:

A rapariga demonstrou boa relação com a mãe, mas há tensões com outros membros.

3. Aspectos Relevantes:

A rapariga apresenta dificuldades em manter regularidade escolar devido a

A família está aberta à colaboração com a equipe do CARAN, solicita apoio

Reflexões do Pesquisador:

A visita revelou que as condições de vulnerabilidade económica da família têm contribuído para a reincidência da rapariga no CARAN. Estratégias de apoio devem focar na sustentabilidade financeira e fortalecimento dos laços familiares.

Próximas Acções:

1. Reforçar a comunicação entre a equipe do CARAN e a família.
2. Articular a inclusão da família em programas sociais do INAS.
3. Acompanhar a rapariga na escola para verificar desempenho e frequência.

Registrado por:

Nome: _____

Cargo: _____